

**ATA NÚMERO 394/XII/4.<sup>a</sup> SL**

Aos catorze dias do mês de julho de 2015, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 393, referente à reunião de 9 de julho.
2. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 333/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à sexta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à segunda alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública.
3. Ponto de situação do Grupo de Trabalho – Regime Geral das Instituições de Crédito e Conselho Nacional de Supervisores Financeiros [PJL 846-XII (BE) e 963-XII (PS)].
4. Ponto de situação do Grupo de Trabalho – Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria [PPL 334-XII (GOV)].
5. Apreciação e votação do relatório da Petição n.º 471/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Joaquim Marques Machoqueira e outros – “Solicitam, em sede de IMI, a atualização dos valores tributários não só em função da inflação mas também dos preços de construção por m2 e do coeficiente de vetustez, a redução de taxas de IVA, IRS e IRC e a extinção da taxa do audiovisual”.  
Relator: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).
6. Apreciação e votação do relatório da Petição n.º 488/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Joaquim Fernando Dias de Magalhães – “Solicita a alteração do artigo 53.º do CIRS, no sentido de esclarecer qual o período temporal a que se refere a dedução relativa em relação aos rendimentos da categoria H”.  
Relator: Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS).
7. Apreciação e votação do relatório intercalar da Petição n.º 519/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Maxipet Lda, representada por Luís Guilherme – “Solicitam a redução, para a taxa mínima, do IVA aplicável sobre alimentos destinados a animais de companhia.”.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Relatora: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).

8. Informação sobre a participação de uma delegação da Comissão no Seminário organizado pelo Parlamento Italiano e pela OCDE, subordinado ao tema “Reformas para o Crescimento na Europa”.
9. Deliberação sobre o modo de apreciação da Conta Geral do Estado – 2014.
10. Deliberação sobre o modo de apreciação do Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras – 2014.
11. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1254/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Em defesa do caminho-de-ferro nacional - pela reunificação e gestão integrada da ferrovia, contra a sua liquidação e desmembramento.
12. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Defende o futuro da CP carga.
13. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1501/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA.
14. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1552/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Pelo cancelamento das privatizações da EMEF e CP Carga.
15. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1564/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública.
16. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.
17. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).
18. Outros assuntos.

15:00

Audição do Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a requerimento do BE, sobre a situação dos detentores de papel comercial e outros produtos financeiros comercializados pelo BES.

---

**1. Apreciação e votação da ata n.º 393, referente à reunião de 9 de julho.**

A [ata n.º 393](#) foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

**2. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 333/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à sexta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à segunda alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública.**

O Senhor Presidente começou por lembrar que ficaram pendentes as propostas de audição apresentadas na semana passada.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) referiu que esta proposta de lei é muito específica e que, como tal, dispensava qualquer audição. De seguida, a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) afirmou que pelo menos a CReSAP e o Governo deviam ser ouvidos.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) declarou que a fundamentação da proposta de lei consta da mesma e que muitas das propostas foram efetuadas pela CReSAP. A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) referiu que algumas das propostas não estão na proposta de lei e que a mesma terá sofrido alterações em Conselho de Ministros, pelo que a audição é essencial para o PS saber o que deve propor.

O Senhor Duarte Pacheco (PSD) sugeriu então que se questione a CReSAP e o Governo sobre se têm disponibilidade para audições ainda esta semana, sendo que, em caso afirmativo, nada tem a opor às mesmas.

**3. Ponto de situação do Grupo de Trabalho – Regime Geral das Instituições de Crédito e Conselho Nacional de Supervisores Financeiros [PJL 846-XII (BE) e 963-XII (PS)].**

O Senhor Presidente realçou que os trabalhos deverão estar concluídos até dia 21 de julho, deixando a manhã de dia 22 livre para qualquer eventualidade. Na ausência do Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho (GT), o Senhor Presidente fez o ponto de situação dos

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

trabalhos e da sugestão de que as propostas de alteração sejam apresentadas até dia 16, às 19 horas, realizando-se o debate e a votação indiciária no dia 17, às 11 horas.

**4. Ponto de situação do Grupo de Trabalho – Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria [PPL 334-XII (GOV)].**

A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) fez o ponto da situação do GT. Propôs que a data limite para a apresentação das propostas de alteração seja o dia 17, às 19 horas, e que no dia 21 se realize uma reunião do GT antes da reunião da COFAP, considerando ainda dispensável a audição do Governo, ainda que inicialmente proposta. O Senhor Deputado João Galamba (PS) declarou que o GPPS dispensa a audição do Governo nesta matéria, tendo a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) e o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestado nada a opôr.

Ficou acordada uma reunião do GT para dia 21, pelas 15 horas, efetuando-se o plenário da Comissão mais tarde nesse mesmo dia.

**5. Apreciação e votação do relatório da Petição n.º 471/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Joaquim Marques Machoqueira e outros – “Solicitam, em sede de IMI, a atualização dos valores tributários não só em função da inflação mas também dos preços de construção por m<sup>2</sup> e do coeficiente de vetustez, a redução de taxas de IVA, IRS e IRC e a extinção da taxa do audiovisual”.**

**Relator: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).**

**6. Apreciação e votação do relatório da Petição n.º 488/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Joaquim Fernando Dias de Magalhães – “Solicita a alteração do artigo 53.º do CIRIS, no sentido de esclarecer qual o período temporal a que se refere a dedução relativa em relação aos rendimentos da categoria H”.**

**Relator: Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS).**

Ambos os pontos foram adiados para uma próxima reunião.

**7. Apreciação e votação do relatório intercalar da Petição n.º 519/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Maxipet Lda, representada por Luís Guilherme – “Solicitam a redução, para a taxa mínima, do IVA aplicável sobre alimentos destinados a animais de companhia.”.**

**Relatora: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).**

A Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD) apresentou o relatório, intercalar uma vez que o Governo ainda não remeteu a resposta solicitada (estando ainda, todavia, a correr o prazo legal para o fazer). O Senhor Presidente recordou que, ao contrário das iniciativas legislativas, as petições não caducam com o final da Legislatura, transitando para a Legislatura seguinte se não ficarem concluídas, no que foi corroborado pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP). A Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD) referiu que a sessão legislativa só termina em 14 de setembro e que pretendeu apenas prestar uma informação intercalar sobre esta matéria. O Senhor Presidente reiterou que se a apreciação da petição não ficar concluída transitará para a próxima legislatura. O relatório não foi votado, dada a sua natureza intercalar, tendo sido favoravelmente apreciado.

**8. Informação sobre a participação de uma delegação da Comissão no Seminário organizado pelo Parlamento Italiano e pela OCDE, subordinado ao tema “Reformas para o Crescimento na Europa”.**

A Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD) deu nota da participação neste seminário, informando que fará distribuir um resumo relativo a esta mesma participação.

**9. Deliberação sobre o modo de apreciação da Conta Geral do Estado – 2014.**

O Senhor Presidente informou que a Comissão já pediu os pareceres habitualmente solicitados nesta matéria, referindo que não fará sentido designar um relator uma vez que a apreciação da Conta Geral do Estado 2014 será efetuada na próxima Legislatura. Não houve qualquer manifestação de discordância.

**10. Deliberação sobre o modo de apreciação do Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras – 2014.**

O Senhor Presidente referiu que também esta questão transitará para a próxima legislatura. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) considerou que esta apreciação se poderia efetuar logo no início da Legislatura.

- 11. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1254/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Em defesa do caminho-de-ferro nacional - pela reunificação e gestão integrada da ferrovia, contra a sua liquidação e desmembramento.**
- 12. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Defende o futuro da CP carga.**
- 13. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1501/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA.**
- 14. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1552/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Pelo cancelamento das privatizações da EMEF e CP Carga.**
- 15. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1564/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública.**
- 16. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.**
- 17. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) afirmou que os GP's que apresentaram os Projetos de Resolução têm direito a que os mesmos sejam votados no dia 22 e propõe que o adiamento da discussão dos mesmos não se verifique para dia 21 mas para esta semana, sugerindo o dia 16, pelas 12 horas, para possibilitar a referência à deliberação sobre os projetos de resolução no guião de votações de dia 22.

O Senhor Presidente propôs que se discutissem os projetos de resolução no dia seguinte, após a audição do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, proposta corroborada pelo Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

O Senhor Deputado João Galamba (PS) referiu que o ponto 15 da Ordem do Dia poderia ser já discutido, sugerindo que a discussão dos seguintes ficasse para 6.<sup>a</sup> feira de manhã, data que foi considerada difícil de concretizar, propondo-se o dia seguinte (4.<sup>a</sup> feira), pelas 15h30.

A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) notou que é importante que o BE confirme a sua presença na discussão a agendar, para que não se verifiquem novos adiamentos.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) declarou fazer questão que os projetos de resolução do PCP sejam discutidos no dia seguinte.

**18. Outros assuntos.**

Relativamente à Proposta de Lei n.º 329/XII/4.<sup>a</sup> (GOV), o Senhor Presidente propôs o dia 20, pelas 13 horas, como prazo limite para o envio de propostas de alteração, reunindo o respetivo GT no dia 21 de manhã para a discussão e votação indiciária da iniciativa, na especialidade.

**15:00**

**Audição do Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a requerimento do BE, sobre a situação dos detentores de papel comercial e outros produtos financeiros comercializados pelo BES.**

O Senhor Presidente começou por dar as boas vindas ao Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e à sua equipa, e contextualizou a presente audição no requerimento apresentado pelo BE, de cujo teor a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) deu conta.

O Senhor Presidente da CMVM notou que a posição da CMVM sobre esta matéria é institucional e consensual, lembrando que o objetivo da CMVM é a proteção dos investidores, sobretudo dos não qualificados.

Referiu também que a posição da CMVM é, no seu entender, a juridicamente mais correta, apesar de ter a oposição da autoridade de resolução, após o que fez um resumo de toda a situação ocorrida no GES e no BES, salientando que a CMVM está disponível para trabalhar com o Banco de Portugal e com o Novo Banco numa solução, até tendo em conta que, considerou, a via contenciosa é a pior de todas.

## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) efetuou uma interpelação à Mesa para manifestar a discordância com a presença, na reunião, de pessoas alheias à COFAP (incluindo GP's) e à imprensa, e que há uma deliberação da Conferência de Líderes nesse sentido, considerando não estarem, naquele momento, reunidas as condições para continuar a audição.

O Senhor Presidente recordou não se ter registado qualquer perturbação e que não é a primeira vez que cidadãos assistem às reuniões da COFAP, acrescentando que desconhece a deliberação da Conferência de Líderes mencionada pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que reiterou o que afirmou previamente.

O Senhor Presidente enfatizou que não existe qualquer norma regimental que suporte este entendimento. Declarando conhecer apenas o conceito de reuniões abertas e à porta fechada, o Senhor Presidente salientou que havendo deliberação nesse sentido, a reunião decorreria à porta fechada.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) afirmou que as súmulas da Conferência de Líderes são públicas e que o desconhecimento das mesmas não é fundamento para não cumprir as deliberações das mesmas constantes, após o que o Senhor Presidente reiterou o que já tinha afirmado.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) referiu então não haver qualquer problema com o facto de a reunião ser à porta aberta, mas que considera apenas que as deliberações da Conferência de Líderes são para cumprir.

De seguida, entrou-se na fase de debate sobre o tema da audição, em que intervieram os Senhores Deputados João Galamba (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Mariana Mortágua (BE), tendo o Senhor Presidente da CMVM respondido ao conjunto das intervenções. Interveio ainda o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP).

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Presidente da CMVM e à sua equipa a sua presença e os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser consultadas na [página internet](#) da audição.





## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

O Senhor Presidente informou ainda a Comissão de que estava confirmada a audição do Secretário de Estado da Administração Pública para dia 17 de julho, pelas 10 horas, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 333/XII/4.<sup>a</sup> (GOV), e de que o BE tinha confirmado a sua presença na discussão dos projetos de resolução constantes dos pontos 11 a 17 da ordem do dia, agora definitivamente marcada para o dia seguinte.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos.

A reunião foi encerrada às 17:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de julho de 2015.

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Conceição Bessa Ruão  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Isabel Santos  
João Galamba  
João Paulo Correia  
Jorge Paulo Oliveira  
Nuno Reis  
Paulo Sá  
Sónia Fertuzinhos  
Vera Rodrigues  
Vieira da Silva  
Artur Rêgo  
Maria José Moreno  
Mariana Mortágua  
Paulo Ribeiro de Campos  
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo  
José de Matos Rosa  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Nuno Santos